

O número de lares chefiados por crianças e adolescentes no Brasil dobrou na última década, informa relatório do Fundo das Nações Unidas para a Criança (Unicef). Atualmente 661 mil casas são chefiadas por jovens entre 15 e 19 anos e outras 113 mil, por meninos e meninas de 10 a 14 anos. Os exemplos de lacunas de assistência para jovens entre 12 a 18 anos são encontrados em outras áreas. Apesar de a pobreza extrema ter caído entre a população em geral, entre adolescentes subiu de 16,3% para 17,6%.

A reportagem é de Lúcia Formenti e de Rafael Moraes Moura

Lançado ontem em Brasília, o documento reúne dados de educação, saúde, violência e trabalho para demonstrar as barreiras enfrentadas por boa parte de meninos e meninas de 12 a 18 anos. O homicídio, por exemplo, é a primeira causa de morte nesta fase da vida. Em média, 11 adolescentes entre 12 a 17 anos são assassinados por dia no Brasil.

Essa maior vulnerabilidade não afeta os 21 milhões de adolescentes - o equivalente a 11% da população brasileira - da mesma forma. O impacto muda de acordo com sexo, cor da pele, condição pessoal e onde se vive. A maior parte dos 500 mil adolescentes analfabetos é composta por meninos: 68,4%.

"Nosso relatório quer desconstruir o preconceito de ver a adolescência como problema, quando na verdade o problema não é o adolescente, é o contexto onde ele nasce, cresce, vive", afirmou a representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier. "O principal desafio é quebrar o ciclo infernal da pobreza. Uma pessoa que cresce numa família pobre e é adolescente pobre tem menos chance de chegar à vida adulta com oportunidades e opções de vida. A situação de pobreza acaba se renovando."

O relatório mostra que políticas inovadoras voltadas para adolescentes no Brasil não alcançam

populações vulneráveis, são descontinuadas e feitas de tal forma que mais se assemelham a projetos-piloto.

Apesar dos problemas, o levantamento constata que 8 de 10 indicadores analisados tiveram, entre 2004 e 2009, uma expressiva melhora, como a redução do analfabetismo e do número de adolescentes que trabalham. Para o Unicef, é preciso colocar em prática políticas que garantam direitos dos adolescentes, assim como ocorreu nos últimos anos em relação à universalização dos direitos das crianças.

Caso contrário, avisa, a agenda permanecerá inacabada e todo avanço realizado nos primeiros 10 anos de vida, como vacinação e acesso ao ensino fundamental corre o risco de se diluir. Para o programa, medidas devem ser implementadas em parceria com próprios adolescentes

Dificuldades

Ana Claudia Castro, de 18 anos, e Paulo Roberto Francisco Júnior, de 20 anos, moram com o filho, João Vitor, de 8 meses, em uma casa cedida pela mãe dela quando a gravidez, sem planejamento, foi anunciada. O casal se sustenta com o salário de R\$ 700 que ele recebe como repositor de estoque num supermercado de Guararapes (SP).

"A gravidez emperrou meus planos. Eu estava no 3.^o ano do ensino médio, trabalhava numa farmácia e queria ser veterinária, mas daí veio meu filho e, com ele, o casamento", conta Ana Claudia, que nasceu quando sua mãe tinha 16 anos. "Farei de tudo para que meu filho não seja um pai adolescente."

Fonte: Estadão, 1 de dezembro de 2011 □